

## O movimento de favelas de Belo Horizonte e as representações do passado (1960-1980)

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup>  
Mestre em *História e Culturas Políticas* pela UFMG  
[samu\\_oliviera@yahoo.com.br](mailto:samu_oliviera@yahoo.com.br)

### Resumo

O artigo discute as representações do passado da luta dos trabalhadores favelados nas décadas de 1960 e 1970/80. Desvendar-se-á duas lógicas discursivas que elaboraram sentidos políticos distintos para o ator coletivo, bem como as permanências e rupturas na ação política do movimento de favelas. Essa análise será feita partindo da crítica ao *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás*, produzido em 1984, no momento da redemocratização do país.

**Palavras-chave:** movimento de favelas, ditadura militar, democracia, memória.

### Abstract

The article discusses the representations of the past of the struggle of the slum-workers in the decades of 1960 and 1970/80. One will unmask two discursive logical ones that prepared political different senses for the collective actor, as well as the permanences and breaks in the political action of the movement of slums. This analysis will be made leaving of critical to the *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás*, produced in 1984, at the moment of the redemocratização of the country.

**Keywords:** movement of slums, military dictatorship, democracy, memory.

O artigo tem como objetivo contribuir para reflexão acerca da identidade do movimento de favelas de Belo Horizonte. Dentro desse tema, não abordaremos a rede de conceitos e palavras articuladas na apreensão da realidade e na construção de uma visão de mundo. Também não trataremos da forma como o ator constituiu uma auto-representação (“nós”) e figurou uma alteridade (“eles”). Focalizaremos as representações do passado e os interesses e projetos políticos implicados na leitura das experiências de luta dos trabalhadores favelados em duas épocas distintas: no contexto da democratização do regime militar e em período anterior ao Golpe de 1964.

---

<sup>1</sup> Defendeu a dissertação “*A favela vem à cidade e não é para sambar*”: o movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964), sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta.

A relação entre identidade coletiva e ação política é central nessa análise. Pressupõe-se que o discurso e a imaginação social são capazes, quando interiorizados, de interpelar o cidadão a ação, provendo-o de uma visão crítica as suas experiências. As representações do mundo social estão imbuídas da capacidade de convocar energias, convencendo indivíduos e grupos a agirem em conjunto<sup>2</sup>.

Sob esse prisma, as representações são colocadas no centro das análises por revelarem os interesses e por constituírem o meio pelo qual visões de mundo antagônicas projetam-se na conformação da sociedade. Segundo Roger Chartier, os atores sociais, através das representações, são capazes de “traduzirem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e (...), paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse”<sup>3</sup>. Desse modo, os grupos confrontam modos de ver e imaginar a realidade, tentando tornar hegemônicos seus interesses. Mais que ser reflexo de uma estrutura, a representação influi na sociedade, contribuindo para a manutenção de um equilíbrio ou para transformação das hierarquias entre os grupos.

Os debates sobre a relação entre identidade e os movimentos sociais tem esgarçado os limites de construção de um objeto marcado pelas análises estritas às estruturas sócio-econômicas. Ao contrário dessas interpretações centradas na relação direta entre economia e ação, evocando-se uma lógica utilitária e materialista para os atores políticos, este artigo pressupõe que os grupos são formados e mobilizados a partir da construção de uma auto-imagem, do compartilhamento de uma visão sobre a sociedade e de leituras do passado e expectativas de futuro. Dentro dessas considerações, passamos a levar em conta as especificidades históricas para emergência dos personagens sociais e os valores implicados na ação coletiva; da mesma forma, contribuimos para desconstrução das concepções analíticas que pressupõe um sujeito universal e uma “racionalidade” generalizável a todas as práticas humanas<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Cf. BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985 (Anthropos-Homem), pp. 308-313; LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liane Salvia. *O que é imaginário?* São Paulo: Brasiliense, 1996, pp. 10-20; CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 139-164.

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.19

<sup>4</sup> Cf. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 54; COELHO, Franklin Dias. *História Urbana e movimentos sociais: O Movimento de Reforma Urbana (1950-1990)*. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 40-44.

Apesar de sermos críticos a relação direta estabelecida entre a economia e o sentido da ação política no movimento de favelas, não podemos deixar de reconhecer a imbricação do político com as relações sócio-econômicas. Em Belo Horizonte, os dois momentos que analisaremos – 1960 e 1970/80 – foram de expressivo crescimento das favelas. Entre 1955 e 1965, o número de habitantes nas favelas passou da ordem de 36.432 para 119.799; entre 1981 e 1985 esse número foi de 233.500 para 550.000<sup>5</sup>. Esses dados indicam forte relação entre o momento de mobilização analisado e o crescimento da desigualdade no acesso a bens de consumo coletivo (esgoto, água, luz, etc.). Apontam para a acentuação de um modelo de desenvolvimento da cidade que tem perpetuado a segregação sócio-espacial e um correlato movimento de contestação desse paradigma. Todavia, a questão é compreender como surgiu essa contestação, como as condições sociais foram mediadas, através das representações do mundo e dos vínculos forjados no campo político. As relações entre estrutura sócio-econômica e a política não são imediatas, como um “reflexo”; na comunicação de uma esfera a outra existe mediações que devem ser compreendidas<sup>6</sup>.

O debate a cerca da representação do passado no movimento de favelas será realizado através da crítica ao *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás*<sup>7</sup>. Produzido em 1984, pelo governo do PMDB (*Partido do Movimento Democrático Brasileiro*), o *Levantamento Histórico* compõe-se de duas partes: a primeira, uma coletânea de reportagens sobre a formação do aglomerado Cabana do Pai Tomás; a segunda, uma transcrição de um debate entre lideranças do movimento de favelas. Apresentado pela *Secretaria de Trabalho e Ação Social* no primeiro governo de Hélio Garcia (1984 – 1987)<sup>8</sup>, ele era resultado de uma pesquisa, integrando-se a dois outros estudos: “*Proposta de Legalização e Urbanização*” e “*Documentação Fotográfica*”.

---

<sup>5</sup> Cf. MINAS GERAIS. Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.p.18, PLAMBEL (1989) *apud* FILHO, João Bosco Moura Tonucci, ÁVILA, Jorge Luís Teixeira. Urbanização da pobreza e regularização de favelas em Belo Horizonte. In: *Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira*, [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A117.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A117.pdf), p.21, consultado em 10 de fevereiro de 2009.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 165.

<sup>7</sup> Tomei contato com esse material quando realizava entrevistas para a minha dissertação de mestrado. Edson Fantitni apresentou-me o *Levantamento Histórico do Aglomerado da Cabana do Pai Tomás* como um importante trabalho que deveria ser levado em conta para tratar a história do movimento de favelas. Um exemplar do *Levantamento Histórico* encontra-se na biblioteca da Fundação João Pinheiro.

<sup>8</sup> Hélio Garcia foi prefeito entre 1982 e 1984 e vice-governador que assumiria o posto deixado por Tancredo em 1984, quando este deixou o cargo para disputar a presidência.

O *Levantamento Histórico* foi o lugar onde se cruzou a ação política voltada para regularização fundiária do aglomerado Cabana do Pai Tomás e a representação do passado para justificar tal processo. Ele foi o espaço onde se materializou um esforço de reconhecimento dos moradores de favelas como cidadãos, servindo para atualizar experiências que legitimavam e instituíam práticas para garantia do direito à moradia em Belo Horizonte. A memória, no *Levantamento Histórico*, possui a função de “atualizar lembranças agindo”, servindo mais à ação política que à construção de um conhecimento<sup>9</sup>. A representação do passado abria um horizonte de espera para os grupos e indivíduos ligados ao movimento de favelas<sup>10</sup>.

Nas décadas de 1970 e 1980, o sentido de resgatar uma memória para conhecer o passado recente da história brasileira estava carregado de gestualidade política. A unidade de sentido que permeia o *Levantamento Histórico* tinha por objetivo restituir uma “verdade” para a ocupação da Cabana do Pai Tomás que teria sido suprimida pela censura da ditadura militar. O trabalho empreendido pelo governo estadual é contemporâneo ao projeto *Brasil: Nunca Mais* (1979-1985) e a procura da sociedade pela “justa memória” dos acontecimentos da história republicana recente. A luta pela democratização, a abertura de registros históricos e a presença de novas gerações contribuíram para estimular contendas sobre a representação da implantação e da trajetória do regime militar. O fato de esperanças e projetos terem sido interrompidos com violência pela ditadura tornava essa memória “explosiva”, capaz de contestar o regime e sua legitimidade<sup>11</sup>.

Mesmo sendo uma memória voluntária, produzida com o fim de documentar e recontar a história de luta dos moradores da Cabana do Pai Tomás, o *Levantamento Histórico* está repleto de tensões que não foram previstas por quem o produziu. A forma como foi construído, composto de recortes de jornais e um debate sobre o processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás,

---

<sup>9</sup> SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.53.

<sup>10</sup> Para uma discussão sobre a função política da representação do passado expressa pela memória e história cf. ARENT, Hanna. A quebra entre o passado e o futuro. In: *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed. – São Paulo: ed. Perspectiva, 2001. pp.28-42; BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. – São Paulo: ed. Brasiliense, 1994.p.222-234; SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

<sup>11</sup> Para compreensão dessa disputa e do sentido presente no resgate da história dos grupos de esquerda cf. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e Luta Armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.43-93. (O Brasil Republicano; v. 4). MORAES, Denis. *As esquerdas e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989; *BRASIL: NUNCA MAIS*. 19ª - Petrópolis: ed. Vozes, 1985.

permite que múltiplos sentidos irrompam da fonte. Dessa maneira, a desconstrução do *Levantamento Histórico* como monumento da sociedade brasileira e belo-horizontina do período, possibilita a exploração de muitos traços da realidade social e política; esse artigo focalizará apenas as permanências e descontinuidades das representações do passado do (no) movimento de favelas de Belo Horizonte. Realizar esse caminho pode nos indicar as permanências de valores políticos e lógicas culturais aprendidas no período democrático de 1945 a 1964, trazendo o questionamento do que havia de “velho” nos “novos” movimentos sociais das décadas de 1970/80.

### **O movimento de favelas em período anterior ao *Golpe de 1964* e a importância das lutas da Vila dos Marmiteiros (São Vicente de Paulo)**

O *Levantamento Histórico* recorre a discursos exteriores – recortes jornais e falas dos participantes do movimento de favelas – para compor um quadro de evidências que legitime uma versão da história do movimento de favelas da Cabana do Pai Tomás. Nessa medida, ele guarda um conjunto de referências sócio-políticas da década de 1960 que foram resignificados no contexto da democratização; todos esses rastros da ação política anterior à ditadura são apresentados como a história da luta dos oprimidos da Cabana do Pai Tomás, interrompida e suprimida pela ditadura militar. Nessa operação de composição de um corpus documental e um discurso, o sentido das representações e das práticas, anteriores ao Golpe, foram colocadas como periféricas. Para acessar essas significações, é necessário cruzar o *Levantamento Histórico* com outros documentos que revelem a semântica política da luta dos favelados na década de 1960. Esse caminho vai nos levar para uma história que extrapola a trajetória do Aglomerado Cabana do Pai Tomás.

Para explorar a representação do passado das lutas dos favelados em período anterior ao Golpe, apresento a seguir a fala de Francisco Nascimento no “debate sobre o processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás”, em 1984, transcrito no *Levantamento Histórico*. Francisco Nascimento usava sua memória e experiência, para mostrar conhecimento e liderança do movimento de favelas, legitimar a associação da qual era presidente (a *União dos Trabalhadores de Periferia*) e indicar soluções para a legalização da Cabana do Pai Tomás:

Eu já me referi a isto no princípio, quando falei que o que nós estamos sugerindo, por enquanto, para essas áreas onde possa haver uma certa pendência judicial, de parte da área, ou de toda a área, é que haja realmente a desapropriação ou a compra, adquirir amigavelmente a área e depois, se promover a reorganização, completando com a regularização da posse da terra. Aliás, como nós reunimos algumas autoridades nas reuniões semanais que estamos fazendo [na União dos Trabalhadores da Periferia], a nossa sugestão é que, nós demos até o exemplo e isso já houve em Belo Horizonte, com muito mais repercussão na época, embora ulterior a 73, foi a luta dos companheiros da Vila São Vicente. *Foi a primeira e grande luta dos favelados em Belo Horizonte. Foi da Vila São Vicente de Paula, antiga Vila dos Marmiteiros. Foi uma luta que durou de 1948 a 1957. Oito anos de luta para disputarem a posse do terreno, porque eles foram pra lá e depois descobriram que os terrenos eram de particulares. Eles lutaram, lutaram, perderam a causa em todas as estâncias, foram até o Supremo Tribunal Federal. Que eu acho que isso também é um caminho que tem a percorrer*<sup>12</sup>

Esse testemunho é revelador de um discurso que procurava a origem da luta dos favelados na Vila São Vicente. Mais importante ainda é a posição que Francisco Nascimento ocupou no movimento social: ele foi um imigrante da Bahia que chegou à cidade em meados da década de 1950, morou na Vila Nosso Senhor dos Passos (“Buraco-quente”), próxima a Vila Pedreira Prado Lopes, e foi presidente da *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte* entre 1962 e 1964. Mesmo não participando diretamente da luta da Vila dos Marmiteiros, indicava aquela experiência como um norte para as ações políticas dos “trabalhadores da periferia”. Em 1984, depois de quase 30 anos da conquista da Vila São Vicente (1957), ela continuava a ser uma referência como a “primeira grande luta dos favelados”, pontuando um início e um exemplo para o movimento social; na ocasião do debate, essa informação não foi contestada, sinalizando concordância ou mesmo irrelevância da lembrança. Todavia, a duração e a generalidade assumida pela experiência da Vila São Vicente na fala de Francisco Nascimento indica que estamos lidando com o fragmento de uma imaginação social e política mais ampla.

O processo de luta da Vila São Vicente foi tomado como *referência e modelo de ação política* que ecoou em várias associações de vilas e favelas ligada a *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte* (FTFBH). Criada em 1959 e registrada no cartório em 1960, a FTFBH difundiu um tipo de associativismo derivado da luta dos favelados na Vila São Vicente; em 1948, eles criaram a primeira *Associação de Defesa Coletiva* (ADC), também

---

<sup>12</sup> MINAS GERAIS. *Aglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3. (grifo nosso)

conhecida como *União Defesa Coletiva* (UDC) <sup>13</sup>. Entre a fundação da Federação até seu fechamento, em função do Golpe de 1964, foram expandidas de 9 para 55 UDCs filiadas a Federação. A ata de reunião para criação de uma associação, em 19 de janeiro de 1964, demonstrava a exata medida de como a exemplaridade da Vila São Vicente de Paulo foi corrente. Após registrar o nome da diretoria da nova entidade, Luiz Francisco Souza, presidente da “Assembléia Geral”, pediu aplausos para as 184 pessoas presentes e iniciou um discurso falando dos deveres e compromissos das “U.D.Cs filiadas a Federação”,

*(...) o Sr. Presidente fez um ato de louvor aos moradores desta vila pela iniciativa que tiveram em organizar uma Diretoria para dirigir os destinos desta. Dizendo que em Belo Horizonte foi que marcou esta iniciativa daqui da Vila São Vicente, partiu até mesmo na O.N.U. Contando hoje a Federação com adesão de 52 favelas associações que foram [englobadas] pela Federação, que é constituída de um Conselho Consultivo e uma Comissão Executiva. Tendo porem cada UDC livre autonomia sobre sua direção (...)* <sup>14</sup>

A referência a um tipo de associação nascida na Vila São Vicente denotava a preservação de uma consciência de direitos referendada por aquela experiência política. O *associativismo de defesa coletiva* representou a legitimidade da luta dos *trabalhadores favelados* interessados na construção de equipamentos urbanos no local de moradia e em permanecerem na área que tinham ocupado, conseguindo a segurança jurídica para suas habitações. Na década de 1960, a sigla “UDC” era um símbolo que servia para identificar o associativismo de favelas em Belo Horizonte. Se lermos o primeiro exemplar do jornal *O Barraco*, o “órgão oficial da Federação dos Trabalhadores Favelados”, vamos encontrar no logotipo do periódico a inicial “UDC”, gravadas em uma casa humilde que representa a sede de uma associação de favela <sup>15</sup>. Importante que se diga: nem todas as associações ligadas a Federação tinham esse nome; havia Sociedade Pró-Melhoramentos, Comitês de Defesa Coletiva, Centro de Defesa Coletiva e Associações Beneficentes. Mas a julgar a reiteração da sigla “UDC” para se referir de forma genérica à associação de vilas e favelas, deve-se considerar a inspiração desse tipo de associação para outras

---

<sup>13</sup> Optamos por nos referir as associações ligadas a Federação pela sigla “UDC”, por ser termo mais corrente no período estudado.

<sup>14</sup> [Ata de Assembléia Geral da Vila Frei Josafá, 19 jan.1964] *APM*. Fundo DOPS. Pasta 0121. (grifo nosso)

<sup>15</sup> [O Barraco, jan.1962] *APM*. Fundo DOPS. Pasta 0119.

e a importância da experiência da Vila São Vicente para legitimidade das causas defendidas por outras entidades.

Esse marco do início da luta dos favelados foi compartilhado não só entre as associações, mas por outros atores da arena política em Belo Horizonte. Na eleição de 1962, a campanha de José Maria Rabelo, candidato do Partido Socialista Brasileiro e diretor do jornal *Binômio*, incorporou a luta na Vila São Vicente na sua trajetória política, procurando vincular sua imagem à defesa da causa dos favelados. Na mesma vila, ele realizou o primeiro comício que tentava selar um pacto de apoio com o movimento de favelas. O fato de um jornalista-político utilizar essa referência para criar uma identificação é bastante revelador da força da imagem construída em torno da Vila São Vicente<sup>16</sup>.

A reiteração de uma representação do passado nos faz também problematizar: havia apenas esse modo de imaginação do passado da luta dos favelados? Como as experiências particulares a uma comunidade se conjugavam com essa representação que atingiu maior repercussão? A metodologia de história oral pode nos dar grandes contribuições nessa reflexão. Entrevistas com participantes do movimento social têm revelado outros repertórios narrativos que não aparecem em documentos da década de 1960. Em 2008, numa entrevista, um ex-participante do movimento de favelas contou outra história para origem da luta para evitar o despejo e conseguir o reconhecimento de direitos. Vicente Gonçalves, líder do Comitê de Defesa Coletiva da Vila São José nas décadas de 1950 e 1960, falou sobre a “guerra de bodoque” contra caminhões de fiscais da prefeitura, no início da década de 1940, quando Juscelino Kubitschek era prefeito e ele morava na Barroca:

(...) acontece o seguinte, (...) agente ficava lá ajudando o pessoal a construir casa (...). Então tinha que construir de oito e meia às três e meia, porque oito e meia chegava o caminhão com policiais e soldados e derrubava, e as três e meia chegava de novo e derrubava. E um dia eles estavam chegando e quando eles chegaram e derrubaram. Aí nós ficamos por conta e resolvemos lutar. Aí o que acontece... isso deve ser 1942, 1943... acontece o seguinte, chamamos os meninos organizamos, igual o tenente Marcelo falava, e dividimos em três companhias. A primeira companhia vai para a cidade buscar câmara de ar, couro e barbante. Segunda companhia vai buscar forquilha no mato. Terceira companhia vai fazer o seguinte, arruma pedra pra bodoque, pegar mamucha de laranja aí no sanatório [...] e põe prego cruzado para furar os pneus. Aí fizemos as coisas, montamos. No outro dia de manhã chegou o caminhão da prefeitura para derrubar. Eu pus três linhas igual ao tenente Marcelo falava. A primeira linha

---

<sup>16</sup> *Binômio*, Belo Horizonte, 6 ago.1962, p.1.



deitada, a segunda ajoelhada e a terceira de pé. Tudo de bodoque e pedra na mão e uma sacola de pedra. Quando o fiscal chegou, falou assim: “Já falei para não construir aí, nós vamos derrubar e vamos dar até um coro dessa vez”. Eu cheguei e falei: “Ocês não vão derrubar não, porque foi muito sacrifício e ôces não vão derrubar não”. [Ele disse]: “O que é menino! Haaaa... Dá uns tapa nesse menino”. Então eu peguei e falei, primeira linha, choveu de pedra, segunda linha, choveu de pedra, no que eu falei terceira linha os homens estava tudo com a cara arrebetada, e foi aquela confusão toda.<sup>17</sup>

O testemunho de Vicente Gonçalves é fundamental para compreendermos como as experiências individuais e comunitárias de luta eram articuladas no interior do movimento de favelas. Nele se manifesta uma ambigüidade: expõe práticas políticas anteriores, contestando a primazia da Vila São Vicente, mas reconhece a importância do surgimento da UDC como um evento “oficial” – espécie de formalização da luta e do interesses dos moradores em favelas. Aqui está um ponto importante da representação do passado engendrado no movimento social: operava-se um marco temporal (a criação da primeira UDC), mas, simultaneamente, permitia a manifestação de outros tipos de relatos. Entre 1962 e 1964, o jornal *O Barraco* incentivou narrativas de histórias de vidas de lideranças, em que se expunha a forma como eles tomavam a “consciência” da necessidade dos trabalhadores favelados lutarem por direitos<sup>18</sup>. Conviver e dialogar com uma pluralidade de experiências reivindicativas facilitava a legitimação e a própria formação do interesse dos favelados no que toca ao direito a moradia e a conquista de melhorias urbanas.

Essa lógica pluralista agregava uma multiplicidade de vivências pessoais e comunitárias na representação do passado, e também reverenciava as autoridades públicas que atuavam a favor dos “trabalhadores”. É bastante significativa, na fala de Vicente Gonçalves, a forma como termina a narrativa do episódio da “guerra dos bodoques”, lembrando a fala de Juscelino Kubistchek (prefeito nomeado pelo interventor Benedito Valadares em 1940): “Juscelino de noite foi lá [na Barroca] e disse: enquanto eu for prefeito de Belo Horizonte ninguém sairá dessa favela. Por que aqui é lugar de trabalhador e gente que luta pelos seus direitos”<sup>19</sup>. O depoimento lembra o lugar do trabalhador na sociedade brasileira. No início da década de 1940, Getúlio Vargas dava início a extensas propagandas nas rádios, esclarecendo o trabalhador de seus direitos

---

<sup>17</sup> GONÇALVES, Vicente. Belo Horizonte, 29 jan. 2008, Arquivo Windows Media Áudio (146 min.). Entrevista concedida ao autor.

<sup>18</sup> Para conferir essa informação, consultar *O Barraco* publicado entre 1962 e 1964, no interior do jornal *Binômio*.

<sup>19</sup> GONÇALVES, Vicente. Belo Horizonte, 29 jan. 2008, Arquivo Windows Media Áudio (146 min.). Entrevista concedida ao autor.

e sua participação na construção da riqueza nacional. As referências históricas que remontam a Vargas e a Revolução de 1930 como momentos de fundação para reconhecimento de direitos sociais pelo estado constituíam, para a democracia articulada em 1945, uma importante alavanca que justificava a mobilização social dos trabalhadores. Outro exemplo disso, era o nome do lugar onde foi fundado a primeira UDC, chamava-se “Vila dos Marmiteiros” (depois se tornou São Vicente de Paulo) em referência a criação do trabalhista Hugo Borghi<sup>20</sup>. Defendendo a candidatura de Dutra em oposição ao udenista Eduardo Gomes, Borghi inventou o termo “marmiteiro” para reforçar a oposição entre Eduardo Gomes, político dos “grã-finos”, e Dutra, candidato dos trabalhadores apoiado por Vargas<sup>21</sup>.

O reforço de uma memória focada na luta da Vila São Vicente não era excludente com relação a outras manifestações voltadas para o atendimento dos “trabalhadores favelados”. Essa hipótese deve ser considerada em vista das especificidades das histórias de vida de integrantes de cada comunidade que participou do movimento de favelas e da própria trajetória política dos moradores da periferia de Belo Horizonte. Segundo a autora Berenice Guimarães, desde os primeiros anos após a fundação de Belo Horizonte (1897), ocorria ações contra o poder público, para a regularização da posse de lotes ocupados por famílias operárias. As autoridades chegaram, em diversas vezes, a interceder favoravelmente a alguns requerentes que ocupavam áreas da periferia<sup>22</sup>. Se existia entre 1940 e 1960 uma nova configuração social que dava visibilidade a várias manifestações de luta do “trabalhador favelado” pela permanência em suas habitações, há que se considerar também a duração das experiências de luta para doação de lotes para as “famílias operárias” no início do século XX.

Entretanto, por que a experiência da Vila São Vicente foi tão enfatizada, chegando a receber grande reconhecimento público? Uma primeira hipótese é a oposição entre luta “organizada” e “desorganizada” que aparece como chave de leitura interiorizada por Vicente Gonçalves. Esses termos eram instrumentos de classificação que reduziam a importância de outros tipos de ação coletiva, anteriores a fundação da UDC. Segundo Vicente Gonçalves, na

---

<sup>20</sup> LAGE, Padre. *O padre do Diabo*. São Paulo: Ed. BMW, 1988. p.73-74.

<sup>21</sup> MACEDO, Michele Reis de. Luta por dignidade: a campanha do marmiteiro na democratização de 1945. In: *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212963259\\_ARQUIVO\\_Lutapordignidade-Anpuh2008-textocompleto.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212963259_ARQUIVO_Lutapordignidade-Anpuh2008-textocompleto.pdf), acessado em 18/12/2008.

<sup>22</sup> GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 148 e p. 154.

“guerra dos bодоques”, “não tinha organização de favela... a primeira entidade de associação nasceu comigo, foi a União de Defesa Coletiva, Centro de Defesa Coletiva. Não tinha nada disso não. Mas tinha um time de futebol do lusitano”<sup>23</sup>. Destacando as próprias iniciativas, afirmava o caráter diferenciado da luta através da UDC em relação a outros movimentos espontâneos, não politizados.

O foco nesse tipo ação política “organizada” deve ser compreendido no contexto de reestruturação política da Capital de Minas e o papel assumido pela Vila São Vicente, indicando um caminho de interlocução com o poder público. Desde sua fundação em 1897, o município de Belo Horizonte vinha sendo administrado por um Conselho escolhido pelo governador do Estado. Em 1947, substituindo a intervenção do governo do Estado, principiouse a eleição para o executivo e para a Câmara Municipal, democratizando e promovendo uma reestruturação da dinâmica política do município<sup>24</sup>. Essa remodelação coincide com a ascensão da Vila São Vicente de Paula como ator político de destaque, quando travou a luta para não ser despejada, fixando uma nova forma de relacionamento da periferia com a prefeitura através da sua UDC. Com a associação, a vila passou a representar-se na esfera pública, tendo voz nos períodos de eleição e nos meios de comunicação. Na década de 1950, a UDC da Vila São Vicente passou a ser identificada como o grupo que elegeu Leopoldo Garcia Brandão (Partido Democrata Cristão) para vereador. O mesmo político, “representando os favelados”, propôs a criação do Departamento de Bairros Populares (DBP), em 1955<sup>25</sup>, sendo este o principal órgão municipal voltado para a solução da questão das favelas até o Golpe de 1964.

Assim, sublinhar a exemplaridade da luta social da Vila São Vicente indicava a esperança do grupo em pauta de terem seus interesses reconhecidos pelo Estado, atestando a legalidade e o caráter “organizado” de suas reivindicações.

Uma segunda hipótese, para a compreensão do destaque atribuído a Vila São Vicente, relaciona-se à organização interna da *Federação dos Trabalhadores Favelados*, que ambicionava maior centralização na coordenação do movimento social. Encontrar algo que unificasse todas as associações ligando-as a uma luta original, garantia o princípio de “união” entre lideranças e

---

<sup>23</sup> GONÇALVES, Vicente. Belo Horizonte, 29 jan. 2008, Arquivo Windows Media Áudio (146 min.). Entrevista concedida ao autor

<sup>24</sup> SILVA, Regina Helena Alves da. *O legislativo e a cidade: domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998. p. 49.

<sup>25</sup> [Depoimento de Padre Francisco Lage Pessoa, 27 abr. 1964] APM. Fundo DOPS. Pasta 0173.

integrantes de comunidades distintas. As histórias contrárias, enfatizando experiências individuais e locais, podiam ser incentivadas visando ampliar a consciência dos direitos, mas também eram a expressão e a afirmação da “autonomia” de uma comunidade em relação à Federação. Esse pólo de tensão entre entidade centralizadora e autonomia das associações nas versões sobre a representação da luta dos favelados é constitutivo, como veremos, do “debate sobre a ocupação da Cabana do Pai Tomás” transcrito no *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás* (1984).

Uma última hipótese para explicar o reforço da referência da Vila São Vicente de Paulo é a relação entre a cultura política católica de meados do século XX e o associativismo de defesa coletiva. O relato de Padre Francisco Lage sobre a fundação da primeira UDC pode ser bastante instigante para a reflexão que propomos:

Belo Horizonte tomou conhecimento de nossa existência e de nossa esperança. Compramos um barracão ao lado da igreja, destinando dois cômodos – o sagrado e o profano – a uma escolinha, que era preciso fundar. (...)

Tempo memorável foi aquele, na história do povo. Pouco importa que hoje não exista mais a Vila São Vicente ou dos Marmiteiros, cuja desapropriação deu lugar a uma bela avenida da parte moderna de Belo Horizonte. Provou-se à sociedade (sic) a capacidade de organização dos favelados brasileiros, na Associação de Defesa Coletiva, que funcionou em regime de sessão permanente, todos os domingos, desde as três horas da tarde até ao anoitecer. Nos longos debates acerca dos vários acontecimentos da semana, debates de igreja cheia de homens e mulheres, inteiramente participantes, foram-se criando pouco a pouco a consciência da luta pelo direito de morar, cimentada pela verificação de que a união de todos conseguia o que antes parecia um sonho<sup>26</sup>.

O trecho é significativo para apresentar a interdependência entre religião e política posta em prática na fundação da primeira UDC. Padre Francisco Lage Pessoa ao longo do trecho que narra sua chegada a Belo Horizonte enfatiza sua procura por estabelecer contato com a “população pobre”, “subindo as favelas”. Essa aproximação inseria-se no quadro da luta travada pelos católicos contra o “ateísmo” e o “comunismo” entre as classes populares – segundo Padre Lage, essa foi a “pedra angular do pontificado de Pio XII”<sup>27</sup>. A fundação da primeira UDC aparece como fruto desse contato e do novo sentido da “fé cristã” consubstanciada na prática associativa. Nessa relação entre cultura católica e associativismo de favelas, ressalta-se o papel do governo de Celso Melo Azevedo (1955-1958), que criou canais de diálogo com o

<sup>26</sup> LAGE, Padre. *O padre do Diabo*. São Paulo: Ed. BMW, 1988. p.73-74.pp. 72-73.

<sup>27</sup> LAGE, Padre. *O padre do Diabo*, 1988, pp.74-45.

associativismo de defesa coletiva e tinha forte ligação com a igreja católica, sendo considerado um “democrata cristão”. Ademais, outros padres, como Agnaldo Leal, Tarcísio Rocha e Padre Ozanan, emprestaram prestígio e apoio ao novo associativismo nas décadas de 1950 e início de 1960. Esse diálogo seria consagrado em um manifesto dos párocos belo-horizontinos pelo “direito de morar” das populações pobres, lançado em 1959<sup>28</sup>.

Nesse sentido, podemos identificar que a memória da fundação da primeira UDC servia, servia aos propósitos de difusão da cultura católica. Os padres e leigos, que apoiavam e ajudavam a criar associações de favelas, estavam atrelados a uma Igreja que, após a Segunda Guerra Mundial, procurava reestruturar seu corporativismo e sua inserção no mundo da política, desvencilhando-se do rótulo que a vinculava a “regimes totalitários”. Reformulando a imagem do corpo social harmônico que orientou a doutrina social católica desde o pontífice Leão XIII, no século XIX, a Igreja retomava a noção de “comunidade autônoma” opondo-a tanto ao individualismo liberal quanto ao materialismo socialista. Segundo Roberto Romano,

Respondendo ao fracasso do corporativismo teocrático e ao desastre da colaboração com o totalitarismo, rejeitando penosamente a aproximação entre doutrina social católica e as ditaduras de Vichy e as de pós-guerra (Salazar e Franco, com particularidade), a Igreja mudará gradativamente a terminologia com que, até Pio XI, expunha seu programa de ação junto à base social capitalista. As “corporações” foram rebatizadas, recebendo o nome de “comunidades menores” (*societatis minores*) que deveriam ser “não impostas autoritariamente pelo Estado, mas autônomas”.<sup>29</sup>

A identificação das associações de favelas com a nova militância católica parece ser a chave de interpretativa que permite compreender a declaração de uma liderança, no discurso de fundação da associação da Vila Frei Josafá, que apontava para o reconhecimento das UDCs pelas *Organizações das Nações Unidas* (ONU)<sup>30</sup>. No contexto do início da Guerra Fria, uma das características da política internacional americana foi o apoio a democratas cristãos e a coalizões anticomunistas tendo em vista a defesa do *status quo* dos regimes atrelados ao “mundo livre”<sup>31</sup>. Todavia, deve-se ressaltar que a noção de comunidade católica articulou-se a luta pela difusão da fé e pela conquista da justiça social, e ganhou contornos que marcariam uma aproximação tanto

<sup>28</sup> Binômio, Belo Horizonte, 22 jun.1959, Caderno 2, p. 5.

<sup>29</sup> ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Ed. Kairós, 1979, pp.153.

<sup>30</sup> [Ata de Assembléia Geral da Vila Frei Josafá, 19 jan.1964] APM. Fundo DOPS. Pasta 0121.

<sup>31</sup> HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos: O Breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 235-236.

com a direita quanto com a esquerda. A história do associativismo de favelas em Belo Horizonte nas décadas de 1950 e 1960 foi marcada por essa ambigüidade nas leituras distintas dessa noção de comunidade; tanto serviu para organizar a luta política para conservar tradições católicas e o regime político anticomunista, como para contestar as estruturas sociais brasileiras, tendo em vista a “reforma” ou “revolução” do estado.

No Brasil, as *Comunidades Eclesiais de Base* (CEB) foram as formas associativas mais populares que operacionalizaram o conceito de comunidade numa prática religiosa e política. Essa prática guardou a ambigüidade apontada acima, mas foi constituída no contexto distinto, na luta contra a ditadura militar e após as novas orientações do *Concílio Vaticano II* (1962-1965). Esse Concílio alterou de forma radical a cultura política católica, abrindo a possibilidade de se instituir uma prática religiosa mais favorável a mudanças nos regimes políticos laicos<sup>32</sup>.

### **O “Levantamento Histórico”: o encontro entre governo civil e o movimento de favelas**

Até agora, cruzamos uma parte do *Levantamento Histórico* com fontes que remetiam ao período anterior ao Golpe de 1964, para analisar a lógica da representação do passado operada pelo movimento de favelas na década de 1960. Esse procedimento se justificou uma vez que a semântica política anterior ao Golpe era periférica no *Levantamento Histórico*, produzido em 1984. Agora, vamos operar uma crítica interna ao documento, desconstruindo sua estrutura e analisando suas condições de produção, para apresentarmos uma das possíveis representações do passado do movimento de favelas no período de luta pela democratização.

Nessa perspectiva, deve-se compreender que o *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás* foi um dos produtos do *locus* de interesse do governo nos movimentos de favelas. Os governantes do PMDB eleitos em 1982, para a prefeitura de Belo Horizonte (Hélio Garcia) e para o Estado de Minas Gerais (Tancredo Neves), investiam suas energias para tecer relações com grupos populares. Pode-se vislumbrar esse esforço no depoimento de um morador da Cabana do Pai Tomás: “Hélio Garcia disse que enquanto for (sic) prefeito não deixará a Fayal

---

<sup>32</sup> Sobre a alteração da orientação política da Igreja católica após o Concílio Vaticano II cf. SCOTT, Mainwaring. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1989; ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Ed. Kairós, 1979; CORREA, Osvaldo Manoel. *Misticismo e Resistência na Cabana do Pai Tomás: a função da religiosidade no processo de ocupação e resistência no solo urbano na cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2004. pp.89-120.

livre dos impostos e não deixará tocar (sic) em favela alguma”. A fala indica uma promessa de proteção às favelas em contraposição a Antônio Luciano, proprietário da Imobiliária Fayal, que arrogava ser “dono de metade de Belo Horizonte”. Hélio Garcia estava em sintonia com as reivindicações e esperanças dos moradores da Cabana do Pai Tomás e dos movimentos urbanos, que cobravam maior justiça social na ocupação do solo na cidade<sup>33</sup>.

O PMDB mineiro empenhava-se em mobilizar as bases do associativismo civil que engrossavam o clamor da luta pela democracia ao longo da década de 1970 e 1980. Desde 1974, nas eleições nacionais, o MDB passava a confrontar a ditadura, exigindo a volta à democracia, rompendo com a imagem incomoda de ser “oposição” criada por militares. O partido buscava reestruturar suas bases e reforçar laços com grupos organizados da sociedade<sup>34</sup>. Na cena eleitoral da década de 1980, o apoio dos movimentos sociais era disputado por outros partidos nascidos da reforma eleitoral. Nas eleições para o governo estadual de 1982, como observa as autoras de *Lutas urbanas em Belo Horizonte*, o PMDB “formulou uma plataforma de governo com base na participação da população, organizada em Conselhos (conselhos municipais e setoriais)”. Em alguns casos estimularam a criação de associações visando à mobilização eleitoral, em outros fortaleceram a ligação com as já existentes<sup>35</sup>.

Para enfatizar essa relação entre movimentos sociais e o PMDB no *Levantamento Histórico*, é significativo perceber a data em que foi apresentado o resultado da pesquisa: segundo semestre de 1984, após a *Campanha das Diretas-já*. O Brasil tinha passado por grandes mobilizações políticas na virada do ano de 1983 para 1984; pressionava-se por eleições diretas para presidente e vice-presidente, abolida pelo *Ato Institucional nº2* (1966). O PMDB participou ativamente da organização das manifestações e intensificou contatos com outros partidos e com organizações de base. Deve-se considerar, nesse sentido, o próprio empenho de Tancredo Neves, que era governador do Estado de Minas Gerais; ele “presidiu a comissão suprapartidária que

---

<sup>33</sup> MINAS GERAIS. *Aglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3.

<sup>34</sup> Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as Esquerdas. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia: 1964...*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.295-297; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.p.186-200.

<sup>35</sup> SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica & AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.10-11.

organizou o evento” e “solicitou pessoalmente ao comandante da divisão do Exército sediada na capital de Minas Gerais, que não colocasse a tropa de prontidão”<sup>36</sup>.

O *Levantamento Histórico*, apesar de evocar a imparcialidade e um caráter “puramente” documental da história, era o resultado desse encontro entre o governo civil do PMDB e o movimento de favelas. A representação da história da luta para ocupação da Cabana do Pai Tomás possuía fortes vínculos com os interesses constituídos entre o PMDB e o movimento social. Para tanto, não se deve considerar inocente a epígrafe de abertura da pesquisa:

O histórico do processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás, reflete um pouco da história de Belo Horizonte, desde sua fundação até hoje, não uma história oficial da cidade, mas uma reflexão onde se percebe o esforço dos verdadeiros construtores e conquistadores da cidade, os moradores silenciosos que não fazem parte das colunas sociais dos jornais.<sup>37</sup>

Essa epígrafe lançava um princípio organizativo da pesquisa e da estrutura narrativa da fonte. Para revelar os “moradores silenciosos”, o *Levantamento Histórico* iniciava-se com a exposição de uma seleção de recortes de periódicos sobre a ocupação do Aglomerado Cabana do Pai Tomás, terminando com um “debate” em que se reúnem moradores e lideranças comunitárias. O “debate” é um fechamento que confronta o relato dos recortes de periódicos com a fala dos envolvidos no processo histórico. Os silêncios da “história oficial” poderiam, então, se revelarem, recompondo a “verdade” sobre os eventos.

Pela via da publicação estatal, encontra-se um fragmento do discurso que pavimentou o *ethos* dos movimentos de base das décadas de 1970 e 1980. Segundo Ana Maria Doimo, os movimentos sociais desse período reiteravam e incorporavam em suas práticas a imagem do “povo como sujeito de sua própria história” em oposição à “história oficial”, afirmavam que só a união do “povo” para ação política levaria a uma transformação da realidade. Ao estudar os panfletos e as falas dos militantes, Doimo observa que essa idéia norteou as mobilizações das associações comunitárias de base para adquirir bens de consumo coletivo (saneamento básico, transporte, moradia, etc.), providos pelo poder público. Constituiu-se um *ethos* que preconizava a soberania popular, uma democracia em que o povo pudesse representar-se diretamente frente ao

<sup>36</sup> DELGADO, Lucília Neves de Almeida. Diretas-Já: vozes da cidade. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia: 1964...*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.416.

<sup>37</sup> MINAS GERAIS. *Aglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3.



estado – uma *democracia direta*. Essa moral foi alimentada pelo comunitarismo da Igreja Católica renovado pelo Concílio Vaticano II, pela proliferação da *pedagogia do oprimido* – os métodos educacionais inspirados por Paulo Freire, e por intelectuais de esquerda que estreitaram colaboração com movimentos sociais<sup>38</sup>.

Favorecia a interpenetração entre o *ethos* dos movimentos sociais e o de uma agência governamental, a ambiência da *Campanha das Diretas-Já*. Esse contexto é importante visto os valores identificados com os movimentos de base podiam, em outras ocasiões, não serem bem recebidos por estadistas e elites governamentais. Um exemplo disso era Tancredo Neves: identificava-se com a democracia liberal, era adepto da representação indireta através dos partidos e das elites políticas, respeitando a ordem pública; entretanto, mostrou-se favorável, nas *Diretas-Já*, a produção de um novo pacto social. Apoiou a larga participação popular junto ao processo de negociações com o governo militar para abertura do regime<sup>39</sup>. A mobilização suprapartidária das *Diretas-Já*, com clara adesão da população brasileira nas principais capitais, colocava lado a lado o governo civil de Minas Gerais e a questão da *soberania popular* – tópica que assumia contornos vivos nos discursos dos movimentos sociais.

O artifício para construção do sentido político do *Levantamento Histórico*, entretanto, esteve muito além da evocação desse campo moral engendrado pelos movimentos sociais; a escolha da Cabana do Pai Tomás como local de pesquisa foi também estratégica. Um dos eventos mais dramáticos que precedeu o Golpe Militar em Belo Horizonte foi a ocupação, entre agosto de 1963 e início de 1964, das vilas Frei Josafá, Padre Alípio, Padre Lage, Operário-Estudantil e Cabana do Pai Tomás. Nela, envolveram-se varias forças políticas: Ação Popular, Juventudes Católicas, Partido Comunista Brasileiro e integrante do movimento organizado pela Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. Ao escopo dos grupos que atuaram na ocupação, acrescenta-se a repercussão alcançada pelo evento na mídia, mobilizando temores quanto à ação das esquerdas e dos possíveis desdobramentos revolucionários. O Inquérito Policial, instaurado após o Golpe de 1964, para justificar a intervenção e o fechamento das associações de favelas e

---

<sup>38</sup> DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1995. p.73-94.

<sup>39</sup> DELGADO, Lucília Neves de Almeida, SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves e a Política brasileira: ensaio de interpretação. In: *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*. Petrópolis: ed.Vozes, 1985. p.42-43

da *Federação dos Trabalhadores Favelados*, concentrou-se na reconstrução dos eventos ocorridos no final de 1963, visando encontrar bases para incriminar o movimento social<sup>40</sup>.

Mais expressiva que a própria escolha do evento a ser retratado no *Levantamento Histórico* foi o conteúdo do “debate sobre o processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás” promovido pela *Secretaria do Trabalho e Ação Social*. Foram convidados de destaque no debate de “reconstituição histórica”: Francisco Nascimento, Dimas Perrim e José do Carmo. Todos foram atingidos pelo Golpe de 1964, sendo que os dois primeiros sofreram com inquéritos e prisões realizadas durante o governo militar. A primeira fala de Francisco Nascimento já denotava o sentido do resgate da memória, declarando a perda sofrida com o Golpe:

Não sei se é o instante ideal para eu falar. Quando fui chamado para participar da reunião de hoje não entendi bem e achei que a reunião seria mais para achar outras soluções e, estou vendo é uma reunião mais de restituição histórica. *Infelizmente, documentos, recortes que a Federação tinha da época, foi tudo liquidado a partir de abril de 1964*. Mas, antes de 1963, já havia na Cabana do Pai Tomás o Movimento Operário Estudantil. Dimas Perrim entrou em dupla condição. Ele era advogado da Federação dos Trabalhadores Favelados e era também vereador. Teve dupla participação.<sup>41</sup>

Abordar o “processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás” podia não servir ao encontro de soluções práticas, mas contribuía à crítica da ditadura, mostrando como os militares interromperam a constituição da democracia no país. Deve-se compreender que, nesse mesmo período, a anistia aprovada pelo governo do general Figueiredo, em 1979, e o regresso dos exilados políticos, estimulavam depoimentos sobre o período anterior ao Golpe de 1964. As denúncias de violências e arbitrariedades eram correntes, e favoreciam as lutas contra a violação dos direitos humanos no Brasil<sup>42</sup>. Os próprios governos militares pressentiam esse interesse pelo passado como foco de disputa na luta política, e cuidaram para ocultar os acervos de suas agências de segurança. Em Minas Gerais, até a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito

---

<sup>40</sup> [Relatório do Inquérito Policial nº 96, ago. 1964] *APM*. Fundo DOPS. Pasta 3239.

<sup>41</sup> MINAS GERAIS. *Aglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3. (grifo nosso).

<sup>42</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 176, 186; FICO, Carlos. *Ibase: Usina de idéias e cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.p.21-26.

em 1997 para averiguar os destinos dos arquivos do DOPS-MG, era aceita a versão de que esses documentos tinham sido incinerados em princípio da década de 1980<sup>43</sup>.

Nesse sentido, a representação do passado das lutas dos favelados construída no *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás* alimentou-se do contexto de mobilizações populares contra a ditadura militar. O ato de rememorar os eventos que antecederam o Golpe de 1964 e o *ethos* dos “novos” movimentos sociais forjava um amálgama para afirmação da soberania popular na luta pela democracia. Esse parece ser um dos fundamentos culturais que balizaram o encontro em o PMDB e o movimento de favelas, nas décadas de 1970 e 1980.

A lógica cultural que recuperava uma memória de privação de liberdade, contrapondo soberania popular à ditadura, foi compartilhada por parte do movimento de favelas de Belo Horizonte. Essa hipótese é sugerida pelo *Levantamento Histórico* e pela trajetória das duas entidades envolvidas no “debate” sobre a ocupação da Cabana do Pai Tomás: a União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), criada no início da década de 1970, era reconhecida como a reedição da *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte*, fechada pelos militares em 1964<sup>44</sup>; e a *Associação dos Moradores da Cabana*, que também sofreu intervenção em 1964, foi reconstruída sob a influência de uma *Comunidade Eclesial de Base* (CEB)<sup>45</sup>.

Mesmo compartilhando da cultura democrática engendrada pelo período de 1970 e 1980, deve-se atentar para divergências colocadas na representação do passado por essas duas organizações. O *Levantamento Histórico* catalisou uma pequena disputa pela memória, em que se opunham visões localistas do processo de mobilização política à articulações centralizadas em uma entidade federativa. As falas de José do Carmo, líder comunitário da Cabana do Pai Tomás, e Francisco Nascimento, presidente da UTP, são indicativas dessa tensão. No “debate sobre a ocupação do terreno da Cabana”, um tentava centrar sua narrativa na comunidade e nas dificuldades que encontravam para se fixar e melhorar o local de moradia; o outro enfatizava o fato de haver uma luta política na Cabana do Pai Tomás muito antes da ocupação de 1963, com ênfase no suporte da Federação dos Trabalhadores Favelados às ações locais. Um procurava

---

<sup>43</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá; OLIVEIRA, Samuel *et al.* República, política e direito à informação – Os arquivos do DOPS/MG. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 29, p.126-153, janeiro/2003. p.134-135.

<sup>44</sup> SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica & AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 62-67.

<sup>45</sup> CORREA, Osvaldo Manoel. *Misticismo e Resistência na Cabana do Pai Tomás: a função da religiosidade no processo de ocupação e resistência no solo urbano na cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2004.

situar o movimento de favelas apenas na comunidade, o outro realçava o caráter federativo e amplo daquele tipo de associação<sup>46</sup>. Francisco Nascimento ao longo do debate apresentou-se como conhecedor da luta dos favelados, remetendo mais de uma vez a um passado que transcendia a história restrita a Cabana do Pai Tomás.

### Considerações Finais

Nesse artigo, analisamos as representações do passado da luta dos favelados em Belo Horizonte e os interesses implicados nessas lembranças. Elas inseriam-se em semânticas políticas próprias às décadas de 1970/80 e ao período que antecede o Golpe de 1964, revelando projetos e vontades políticas específicas de cada época.

Agora, podemos formar um quadro de rupturas e continuidades nas práticas e representações políticas do movimento social. A tensão entre centralização ou descentralização nas formas de organização da luta dos favelados e a inflexão da cultura política católica no movimento aparecem como elementos que se desenrolam no decorrer dos dois momentos estudados. A noção de que existia um “direito de morar”, que era “justo” reivindicar melhorias urbanas e segurança da habitação para o favelado, já estavam articulados desde o período anterior ao Golpe de 1964. No final da década de 1970 e início de 1980, todavia, existia um delineamento da questão da democracia e da soberania popular que estava explícito na própria forma como se construiu a representação do passado.

A semântica política desses dois tempos históricos indica lógicas culturais distintas na construção das representações do passado. No período da democratização, priorizou-se o encadeamento da história num jogo de oposição entre “opressores” e “oprimidos”, dando ênfase em como a ditadura militar interrompia a participação popular no “fazer da história”. Na década de 1950 e 1960, destacou-se a força geradora da luta dos favelados da Vila São Vicente de Paulo e do *associativismo de defesa coletiva*, que recebeu incentivo da *Federação dos Trabalhadores Favelados*. Como vimos, em ambos os casos, as representações do passado ganharam um caráter coletivo, mas que se alimentavam da pluralidade de trajetórias e memórias individuais e comunitárias dispersas no tecido social.

---

<sup>46</sup> MINAS GERAIS. *Aglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3.

O *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás* traz as marcas do tempo. Apesar de se almejar a imparcialidade, um mero “levantamento” documental sobre a ocupação da Cabana do Pai Tomás, interesses políticos de épocas distintas são expressos através do seu texto. Não acredito ter esgotado as possibilidades de crítica da fonte, a variedade dos registros históricos apresentados no documento é capaz de revelar a complexidade da sociedade e da política no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980.

Artigo recebido em 22/12/2008 e aprovado em 12/02/2009.